Entrevista / Simon Schwartzman

RODRIGO ALVES

Professor do bê-a-bá da educação

As pesquisas sobre educação no Brasil quase sempre trazem à tona tabelas repletas de números assustadores. A simples existência dos quadros mostra um país disposto a encontrar as raízes de um sistema de ensino precário. Se eram raros há menos de uma década, hoje os estudos transformaram-se num facho de esperança. O sociólogo e cientista político Simon Schwartzman parte deste ponto para analisar as mazelas de uma nação que, segundo o IBGE, tem 30% dos habitantes com mais de 15 anos incapazes de compreender um texto. São analfabetos funcionais, pessoas com no máximo quatro anos de estudo que identificam as palavras mas não assimilam idéias através da leitura. Aos 62 anos, Schwartzman dedica a maior parte do tempo aos estudos na área da educação. Dirigindo o AIR Brasil, braço brasileiro do American Institute for Research, ele coordena projetos em vários Estados do país. Em meio a tanta correria, recebeu o Jornal do Brasil pouco antes da meia-noite na última quinta-feira, após um longo dia de reuniões na Bahia, com direito a atraso no vôo de volta. Nem deu tempo de trocar a roupa. O cientista político tirou os sapatos e, durante uma hora, enfrentou temas difíceis como a greve das universidades federais, as cotas para estudantes negros e a política educacional do ministro Paulo Renato. Com a autoridade de quem sempre conviveu de perto com o sistema educacional, Schwartzman garimpou declarações valiosas na polêmica entrevista concedida recentemente pelo dono da Estácio de Sá, João Uchôa Cavalcanti Netto, à Folha Dirigida. "Ele tem um jeito primitivo de dizer as coisas, mas toca em pontos importantes", reconhece. Um deles é a intenção de fazer da universidade privada um escolão. "O Uchôa não precisa ser enforcado porque não quer colocar na universidade gente preocupada apenas em escrever artigos de revistas." Quanto aos baixos salários dos professores, ponto quase unânime nas discussões sobre a crise do ensino, o sociólogo rema na contramão da maioria dos colegas estudiosos. "O quadro não é tão ruim como pintam, não vejo como um problema tão sério", minimiza.

- O crescimento dos estudos na área de Educação mostra um Brasil disposto a diagnosticar os problemas?

- Antes do Sistema de Avaliação de Educação Básica (Saeb), que surgiu há cerca de seis anos, não havia uma pesquisa nacional mostrando o grau de educação da população nas escolas. Mesmo com dados de repetência, não sabíamos o que as pessoas aprendiam. Já avançamos muito nesse sentido. As pesquisas confirmam o que a gente suspeitava: a qualidade da educação é ruim. Mas também nos dá condições de identificar os problemas, as tendências, as áreas mais afetadas.

Fernando Rabelo



Para Schwartznan, o salário do professor no Centro-Sul não é, comparativamente, baixo

- O conceito de analfabetismo funcional adotado pelo IBGE é eficiente?

- Esse método não é muito bom. Mas o único dado que o IBGE tem é sobre escolaridade. Nesse sentido, o critério para o analfabetismo funcional é razoável, levando em conta quem não completou quatro anos de escolaridade. Mas se olharmos o resultado do Saeb veremos que muita gente tem mais de quatro anos de escolaridade e não consegue minimamente ler um texto. Sem falar na capacidade de escrever, mais difícil ainda. Se as pesquisas abordassem esse aspecto, os resultados seriam muito piores.

- Por que não se pesquisa isso?

- A realização é complicada, com uma tecnologia muito complexa, e só agora o Brasil começa a dominar essa metodologia. Para aplicar uma prova qualitativa em 100 mil pessoas, de quantas mil pessoas vamos precisar para corrigi-las? Ainda não temos gente com experiência na área.

- Mesmo sem mostrar todos os problemas, os números de analfabetismo no Brasil ainda assustam?

- Sim, a situação da Educação no Brasil é muito complicada. Há quem defenda a idéia de que nossos professores não são treinados para alfabetizar. Falta um trabalho sistemático de aprendizado. Não há mistério para se alfabetizar uma criança. É só treinar o professor e dizer: ''é assim que se faz''. Isso não está sendo feito na escala adequada.

- As condições de trabalho do professor não dificultam o processo?

- Eu não acho que o problema do salário dos professores seja tão sério. No Centro-Sul, o pagamento não é inferior ao de uma pessoa com nível educacional equivalente. Se tiverem nível superior, podem estar ganhando R$ 700, R$ 800, R$ 1000, ou até mais. Têm um período de horas menor, longas férias, aposentadoria precoce. Agora, quando você vê o professor da escola municipal do interior do Ceará, esse sim, está ganhando uma porcaria. Fora isso, não é um salário maravilhoso, mas não é pior que o resto da população.

- Mas o fato de a educação do país estar nas mãos dos professores não justificaria um salário melhor?

- Quanto mais se puder pagar ao professor, melhor. A questão é saber se há dinheiro.

- É viável conseguir isso no Brasil?

- Todos os países fazem isso. A Europa resolveu o problema do analfabetismo há cem anos. Só precisamos começar a trabalhar nesse sentido.

- O senhor achou justa a greve das universidades federais?

- Em primeiro lugar, foi uma greve com caráter fortemente político. A idéia de que o salário dos professores não aumenta não é verdadeira, eles têm tido uma série de benefícios. No entanto, o salário poderia ser melhor. Deste ponto, de vista foi justa. A greve reflete um problema mais sério que é a crise do sistema federal. Ele é muito caro e ineficiente para o governo; o professor sente-se frustrado pelo salário baixo; há um impasse sobre como encaminhar o sistema para ele se comportar melhor. Isso o governo não conseguiu resolver. Em grande parte por causa da pressão política dos sindicatos. Tentaram um projeto interessante de dar autonomia efetiva para as universidades. O caminho é por aí. Mas precisaram recuar, enfrentaram muita oposição.

- Na maioria dos casos, quem está nas universidades públicas tem condições de pagar por ela. Quem não pode não consegue chegar. Como fugir desse paradoxo?

- Isto é óbvio: o governo deveria cobrar de quem pode pagar e dar apoio financeiro a quem não pode. No mundo todo isso é instituído. O governo só não faz por não querer enfrentar o problema político.

- É difícil definir um critério de cobrança financeira para os alunos?

- Não. A China, os Estados Unidos e o Chile cobram. A Inglaterra começou a cobrar este ano. Há vários critérios. Talvez o mais justo seja o crédito educativo. A idéia é usar o crédito enquanto se está estudando. Paga quando se formar e estiver ganhando, com um sistema associado à renda. Além disso, pode-se usar um sistema de avaliação, com as pessoas se candidatando. Além deste problema, outros aspectos importantes não estão sendo discutidos hoje.

- Quais?

- Por exemplo: se a universidade vai atender a uma população de pior formação,

ela não pode dar o mesmo conteúdo dado aos estudantes bem formados. Se eu tenho um curso de medicina e decido criar uma cota para negros, como vem sendo proposto, o que vou fazer? Baixar o nível do curso ou deixar ele entrar para reprová-lo no primeiro ano? É preciso dar outro tipo de curso. Isso deveria ser uma função da universidade pública, mas não vejo ninguém falando sobre o assunto.

- O senhor é a favor das cotas para negros?

- Não. O problema não está aí. A universidade brasileira não discrimina por cor. O mercado de trabalho, sim. Aí há um problema sério de discriminação que precisa ser combatido. Na educação, o que acontece é que a população negra, mais pobre e com menos condições, acaba não ascendendo. Simplesmente criar cotas sem saber o que vai se fazer a partir daí é demagógico. Além do mais, como introduzir um critério de raça? O Brasil não tem divisão racial clara. Isso é uma importação dos Estados Unidos.

- O que o senhor achou das posições manifestadas recentemente pelo dono da Estácio de Sá, Uchôa Cavalcanti?

- Acho que o Uchôa deve ser defendido. Ele tem um jeito muito primitivo de dizer as coisas, mas disse algo muito relevante: ''Quero dar um bom curso, com boas aulas''. Não sei se ele dá ou não, mas isso é importante. A função de uma universidade privada de massas é dar o curso direitinho: o professor chega na hora, o aluno aprende, etc. Neste ponto eu acho que ele tem razão.

- E quando ele critica o grande número de pessoas fazendo mestrado e doutorado?

- Não concordo que é isso seja ruim, mas muitos mestrados e doutorados realmente não valem nada. Como existe uma exigência formal, as pessoas às vezes fazem apenas para ter o título. Forçar o sistema privado a fazer pesquisa - o que o Ministério da Educação vem tentando fazer - é um equívoco. Outro dia o (economista) Carlos Lessa disse que a universidade não pode ser um escolão. Se a do Uchôa for um bom escolão, pode sim, precisamos dela. Queremos grandes escolões funcionando bem. Dizem que o ensino não pode estar associado a lucro. Acho isso um preconceito. O médico pode ganhar dinheiro e ser um bom médico. Eu posso ter uma escola, vender um bom serviço e ganhar um bom dinheiro.

- As universidades particulares vendem um bom serviço?

- Acho que não. Como a sociedade dá um prêmio muito grande ao diploma, a universidade faz esse jogo. Há todo um sistema de benefício aos títulos. Se você precisa do título, se é o mais importante, a universidade está vendendo isso. Mas, com a crise das federais, daqui a pouco vai ter muita gente preferindo as particulares. Para atender a esse público, elas precisarão se diferenciar pela qualidade.

- O fato de um analfabeto ter conseguido passar no vestibular mostra a fragilidade do sistema de ingresso?

- Na verdade eu não sei por que certas universidades têm vestibular. Se ela é paga e não tem demanda muito grande, pode aceitar todo mundo. A questão não é quem entra, e sim o que fazer com essa gente lá dentro. Nas universidades federais também entra gente de nível baixo.

- O ministro Paulo Renato investiu muito no Ensino Médio. Como o senhor vê a política dele para as universidades?

- Ele não conseguiu levar essa política adiante. Enfrentou oposições políticas muito fortes, como as greves, e ficou meio paralisado em relação a isso.

- Fernando Henrique destacou o fato de o Brasil ser o 17° país do mundo na produção de publicações científicas. É mesmo um motivo de orgulho?

- Cerca de 50% dessas publicações são dos Estados Unidos. Depois temos Inglaterra, Alemanha e França na casa dos 20%. E há uma série de países com 3%, 4%. O Brasil vem depois disso, com 1,4%. Realmente vem melhorando no número de artigos publicados, mostrando que a ciência brasileira tem crescido. Mas

esse crescimento é suficiente para dizer que estamos chegando lá? Aí é outra história.

- Qual é a saída para que a informatização das escolas não signifique enchê-las de computadores?

- Em primeiro lugar, não enche. O governo quer colocar um computador por escola. Para que seja útil, é preciso colocar um para cada aluno. O principal problema é cuidar do conteúdo. Se não cuidar, assim que colocar um computador com internet, o menino vai começar a ver mulher pelada.

Professor do bê-a-bá da educação

[16/DEZ/2001]